

Documento da Seplan indica a necessidade de cortar déficit

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O próximo governo terá que aprofundar o ajuste fiscal mediante a reedição da "operação desmonte", extinção de órgãos, privatizações, aumento de impostos e cortes de subsídios, para reduzir ainda mais o déficit público projetado na proposta orçamentária de 1990 em 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Esta recomendação está implícita no documento "Política Fiscal para 1990" que a Secretaria de Planejamento (Seplan) da Presidência da República encaminhou ontem ao Congresso, atribuindo à nova Constituição a responsabilidade por um impacto orçamentário de 3% do PIB somente neste ano, quando o déficit operacional deve fechar em 3,9% do PIB.

A remessa do documento ao poder legislativo já estava prevista na exposição de motivos que acompanhou o projeto-de-lei orçamentária para o ano que vem, encaminhada aos parlamentares no final do mês de setembro último.

O resultado projetado pelo chefe da assessoria econômica da Seplan, Raul Wagner dos Reis Velloso, representa uma melhoria em relação aos 4,2% de déficit operacional em 1988 mas fica muito além da meta de 2% em 1989 e zero em 1990, prometida ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no inicio do ano passado.

A Seplan atribui o desvio à rejeição de sucessivas propostas de cortes de despesas feitas ao Congresso, como foi o caso da "operação desmonte", que resultaria num ganho fiscal equivalente a 1,5% do PIB, bem como aos aumentos de gastos e redução da receita disponível da União determinados pela Constituição promulgada há um ano.

"Se o déficit operacional não tivesse sido contido pelo lado das despesas ao longo deste ano, teríamos uma brutal pressão adicional sobre as taxas de inflação atuais" — disse Reis Velloso ao justificar o fato de que os preços continuam subindo rapidamente apesar da menor necessidade líquida de financiamento ao setor público no conceito operacional (que não considera o impacto da correção monetária).

"O que precisamos é adequar o déficit às fontes de financiamento de longo prazo existentes na economia" — explicou, acrescentando que "como estas fontes hoje são quase nulas, será preciso também levar o déficit a praticamente zero" como uma das pré-condições para baixar a inflação.

Ao ressaltar a importância da avaliação encaminhada ao Congresso, "como referência para a discussão da proposta orçamentária de 1990 e para as primeiras medidas do próximo Governo", o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, também atribuiu "o aprofundamento da crise fiscal à nova Constituição" e advertiu os candidatos à sucessão presidencial para a escassez de recursos públicos.

CANDIDATOS

"Os candidatos deveriam ler esta avaliação antes de continuarem fazendo promessas de arrojados programas de investimentos que eles não poderão cumprir antes de sanear as finanças públicas" — observou Batista de Abreu. O documento preparado por sua assessoria foi entregue na terça-feira ao presidente José Sarney, que o encaminhou ontem à mesa do Congresso, como uma "nota técnica" prometida por ocasião do envio da proposta orçamentária.

Batista de Abreu chamou a atenção para o "ajuste inédito das contas públicas em 1989 e 1990", expresso não só pela redução do déficit operacional mas, também, pelos resultados orçamentários no conceito primário (que além das correções monetária e cambial exclui os impactos do endividamento).

Sem considerar as últimas decisões na área salarial do setor público, o documento da Seplan projeta para este ano um superávit primário de 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB), antes 0,6% em 1988. O PIB utilizado nestes cálculos, ainda com um crescimento de apenas 1% em termos reais, é de NCz\$ 1.028.795.300.000,00 (supondo uma inflação de 32% em outubro).